

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR
(Compra de bens e Contratações de Serviços)

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP Nº 53/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO	1021007-000053/2026
CONTRATANTE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
OBJETO	Aquisição de 15 medalhas, com fita, para serem entregues conforme Portaria 51/2019, Dia da Inovação Ada Lovelace Aquisição de 3 Troféus para serem entregues conforme Portaria 51/2019, Dia da Inovação Ada Lovelace Aquisição de 56 medalhas com fita, rosetas e estojos para serem entregues conforme Resolução12/1995, Colar do Mérito Ministro José Maria Alkmim Aquisição de 27 medalhas com fita, roseta e estojo para serem entregues conforme Resolução10/2024, 02/2023 e 12/1995, Medalha Emílio Moura da Corte de Contas Aquisição de 1 Placa Honraria para ser entregue conforme Resolução10/2024, 02/2023 e 12/1995, Medalha Emílio Moura da Corte de Contas: Lote 1: MEDALHAS <u>Item 1:</u> 15 unidades de medalhas, sendo 5 grau OURO, 5 grau PRATA e 5 grau BRONZE: Grau OURO: medalhas de metal simples dourado com 60mm de diâmetro, adesivada ao centro com impressão 4 cores e aplicação de resina, acompanhada de fita 30mm na cor alaranjada medindo 80cm de comprimento. Grau PRATA: medalhas de metal simples prateada com 60mm de diâmetro, adesivada ao centro com impressão 4 cores e aplicação de resina, acompanhada de fita 30mm na cor vermelha medindo 80cm de comprimento. Grau BRONZE: medalhas de metal simples cor bronze com 60mm de diâmetro, adesivada ao centro com impressão 4 cores e aplicação de resina, acompanhada de fita 30mm na cor azul claro medindo 80cm de comprimento (vide modelo) , no Termo de Referência. <u>Item 2:</u> 12 unidades- confecção de medalha especial de mérito funcional "medalha Emílio moura da corte de contas" - com a seguinte especificação: dourada, cunhada em formato circular, com 35 mm de diâmetro, circunhada no sentido horário com os dizeres: "medalha Emílio moura da corte de contas", tendo ao centro o brasão do estado de minas gerais, em alto relevo, no anverso; no verso, será gravada a expressão "mérito funcional" e a sigla TCEMG; com fita para amarração, com roseta, estojo na cor preta.(vide modelo), no Termo de Referência.

	<u>Item 3:</u> 56 unidades- Confeção de medalha ministro José Maria de Alkmin "colar do mérito da corte de contas ministro José Maria Alkmin" - cunhada em formato circular, com 38 mm de diâmetro, contornada com os dizeres " colar do mérito da corte de contas ministro José Maria Alkmin" tendo ao centro o brasão do estado de minas gerais, em alto relevo, com 22 mm de diâmetro; com fita para amarração e roseta; estojo na cor vermelha. (vide modelo) , no Termo de Referência. <u>Item 4:</u> 15 unidades- confecção da "medalha Emílio moura da corte de contas" - com a seguinte especificação: dourada e prateada, cunhada em formato circular, com 35 mm de diâmetro, circunhada no sentido horário com os dizeres: "medalha Emílio moura da corte de contas", tendo ao centro o brasão do estado de minas gerais, em alto relevo, no anverso; no verso, será gravada a expressão "tempo de serviço 30 anos" e a sigla TCEMG; com roseta, estojo na cor preta (vide modelo), no Termo de Referência. Lote 2: TROFÉUS 1 unidade: Troféu 1º LUGAR de acrílico com 10mm de espessura adesivada com vinil branco leitoso 4 cores, formato 25cm x 17,5cm (A x L) com corte especial, em base acrílica de 10mm de espessura e formato 12x3cm. 2 unidades: Troféu 2º e 3º LUGAR de acrílico com 10mm de espessura adesivada com vinil branco leitoso 4 cores, formato 22cm x 13,5cm (A x L) com corte especial, em base acrílica de 10mm de espessura e formato 10x3cm. (vide modelo), no Termo de Referência. Lote 3: PLACA 1 unidade- Placa- Honraria Emílio Moura da Corte de Contas- Placa de 50 anos de trabalho, em aço inox, no formato 20cm x 16cm, com texto, brasão e nome do agraciado em alto relevo, com pintura esmaltada em uma cor; A placa será disposta em estojo de veludo na cor preta (vide modelo), no Termo de Referência.
HABILITAÇÃO, de acordo com Termo de Referência anexo a este Aviso.	1. Habilitação jurídica: • Registro comercial, no caso de empresa individual. • Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores. • Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício. 2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

	• Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). • Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. • Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. • Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Estadual competente, para licitante/fornecedor com sede fora do Estado de Minas Gerais. • Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante/fornecedor, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente. • Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal. • Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho. As provas de regularidade elencadas, anteriormente, podem ser substituídas pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC), da SEPLAG.
HABILITAÇÃO TÉCNICA, de acordo com Termo de Referência anexo a este Aviso.	Qualificação técnica: • Declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. Atestados de capacidade técnica: • Certidão(ões) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de serviços semelhantes ao objeto a ser contratado.
DECLARAÇÕES	Deverão ser apresentadas, junto aos documentos de habilitação, as declarações abaixo, conforme modelos anexos a este aviso: 1. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas 2. Declaração assinada pelo representante legal, de que atende aos requisitos de habilitação.

	3. Declaração de que cumpre às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. 4. Declaração expressa de que o licitante/fornecedor não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante/fornecedor. 5. Declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.	
VALOR ESTIMADO	Valor Total de R\$ 28.367,00 (vinte e oito mil trezentos e sessenta e sete reais)	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO	
LANCES	O lance deverá ser ofertado pelo valor total dos lotes	
VALOR MÍNIMO ENTRE OS LANCES	R\$0,50 (cinquenta centavos)	
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais – www.compras.mg.gov.br		
CAGEF: Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão estar cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, do Portal Compras MG – https://compras.mg.gov.br/fornecedores/cadastro-geral-de-fornecedores-cagef/		
PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: De 12/03/2026 a 16/03/2026		
CONTATO AGENTES DA CONTRATAÇÃO: e-mail mevangelista@tce.mg.gov.br e compras@tce.mg.gov.br , Telefones: (31) 3348-2509		
DATA DA SESSÃO DE LANCES	HORÁRIO DA ABERTURA	HORÁRIO DO FECHAMENTO
17/03/2026	09:00	15:00

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO BENS, SERVIÇOS (incluindo emergencial) e engenharia

1. OBJETO	Aquisição de 15 medalhas, com fita, para serem entregues conforme Portaria 51/2019, Dia da Inovação Ada Lovelace Aquisição de 3 Troféus para serem entregues conforme Portaria 51/2019, Dia da Inovação Ada Lovelace Aquisição de 56 medalhas com fita, rosetas e estojos para serem entregues conforme Resolução12/1995, Colar do Mérito Ministro José Maria Alkmim Aquisição de 27 medalhas com fita, roseta e estojo para serem entregues conforme Resolução10/2024, 02/2023 e 12/1995, Medalha Emílio Moura da Corte de Contas Aquisição de 1 Placa Honraria para ser entregue conforme Resolução10/2024, 02/2023 e 12/1995, Medalha Emílio Moura da Corte de Contas
1.1.ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	Lote 1 15 unidades de medalhas, sendo 5 grau OURO, 5 grau PRATA e 5 grau BRONZE: Grau OURO: medalhas de metal simples dourado com 60mm de diâmetro, adesivada ao centro com impressão 4 cores e aplicação de resina, acompanhada de fita 30mm na cor alaranjada medindo 80cm de comprimento. Grau PRATA: medalhas de metal simples prateada com 60mm de diâmetro, adesivada ao centro com impressão 4 cores e aplicação de resina, acompanhada de fita 30mm na cor vermelha medindo 80cm de comprimento. Grau BRONZE: medalhas de metal simples cor bronze com 60mm de diâmetro, adesivada ao centro com impressão 4 cores e aplicação de resina, acompanhada de fita 30mm na cor azul claro medindo 80cm de comprimento. 



Lote 2

TROFÉUS

1 unidade: Troféu 1º LUGAR de acrílico com 10mm de espessura adesivada com vinil branco leitoso 4 cores, formato 25cm x 17,5cm (A x L) com corte especial, em base acrílica de 10mm de espessura e formato 12x3cm.

2 unidades: Troféu 2º e 3º LUGAR de acrílico com 10mm de espessura adesivada com vinil branco leitoso 4 cores, formato 22cm x 13,5cm (A x L) com corte especial, em base acrílica de 10mm de espessura e formato 10x3cm.

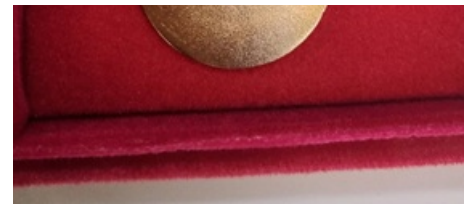


Lote 3

56 unidades- CONFECÇÃO DE MEDALHA MINISTRO JOSE MARIA DE ALKMIM "COLAR

DO MERITO DA CORTE DE CONTAS MINISTRO JOSE MARIA ALKMIM" - CUNHADA EM FORMATO CIRCULAR, COM 38 MM DE DIÂMETRO, CONTORNADA COM OS DIZERES " COLAR DO MÉRITO DA CORTE DE CONTAS MINISTRO JOSÉ MARIA ALKMIM" TENDO AO CENTRO O BRASÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM ALTO RELEVO, COM 22 MM DE DIÂMETRO; COM FITA PARA AMARRAÇÃO E ROSETA; ESTOJO NA COR VERMELHA. (VIDE MODELO)





Lote 4

12 unidades- CONFEÇÃO DE MEDALHA ESPECIAL DE **MÉRITO FUNCIONAL** "MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS" - COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: DOURADA, CUNHADA EM FORMATO CIRCULAR, COM 35 MM DE DIÂMETRO, CIRCUNHADA NO SENTIDO HORÁRIO COM OS DIZERES: "MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS", TENDO AO CENTRO O BRASÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM ALTO RELEVO, NO ANVERSO; NO VERSO, SERÁ GRAVADA A EXPRESSÃO "MÉRITO FUNCIONAL" E A SIGLA TCEMG; COM FITA PARA AMARRAÇÃO, COM ROSETA, ESTOJO NA COR PRETA.(VIDE MODELO)





Lote 5

15 unidades- CONFEÇÃO DA "MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS" - COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: DOURADA E PRATEADA, CUNHADA EM FORMATO CIRCULAR, COM 35 MM DE DIÂMETRO, CIRCUNHADA NO SENTIDO HORÁRIO COM OS DIZERES: "MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS", TENDO AO CENTRO O BRASÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM ALTO RELEVO, NO ANVERSO; NO VERSO, SERÁ GRAVADA A EXPRESSÃO "TEMPO DE SERVIÇO 30 ANOS" E A SIGLA TCEMG; COM ROSETA, ESTOJO NA COR PRETA. (VIDE MODELO).





Lote 6

1 unidade- Placa- Honraria Emílio Moura da Corte de Contas- Placa de 50 anos de trabalho, em aço inox, no formato 20cm x 16cm, com texto, brasão e nome do agraciado em alto relevo, com pintura esmaltada em uma cor; A placa será disposta em estojo de veludo na cor preta (vide modelo)



Modelo:



	
2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	As demanda se justificam em cumprimento a Portaria nº51/2019 e as Resoluções 03/2004, 12/1995, 10/2024
3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa por valor, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA	As amostras deverão ser encaminhadas em número mínimo de 1 (uma) unidade do item, entregues na embalagem original, de acordo com este Termo de Referência e a legislação pertinente. As amostras devem ser apresentadas no prazo máximo de 15 dias após solicitação, em embalagem lacrada, constando identificação do fornecedor, nº do Processo, e do item, ser protocolizada na Coordenadoria de Compras - CCOMP, do TRIBUNAL, na Av. Raja Gabaglia, 1.305, 5º andar do Edifício-Anexo, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte - MG, CEP 30.380-435. A empresa que não puder encaminhar amostra(s) no prazo indicado deverá solicitar sua prorrogação, no chat do sistema ou por e-mail, desde que por motivo justificado e aceito pelo Agente de Contratação, que definirá novo prazo para o envio do produto, sob pena de desclassificação. Os procedimentos de avaliação técnica das amostras serão realizados pelo Núcleo de Cerimonial e Eventos- NCE, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações do Termo de Referência, facultado o acompanhamento pelos fornecedores interessados. Serão avaliados os seguintes critérios objetivos de padrões mínimos de aceitabilidade e/ou realizados os seguintes testes: • Medalhas, Troféus e Placa: ◦ Qualidade da impressão, especialmente padrão das cores e respeito às fontes escolhidas, tamanho e legibilidade ◦ Igualdade das cores das faixas ◦ Igualdade das cores dos estojos ◦ Legibilidade da gravação ◦ Material utilizado na confecção Em casos específicos, quando for inviabilizada a apresentação de amostra, devidamente justificada, o demandante poderá autorizar o envio de <i>folder</i> com descrição detalhada do produto e seus materiais, a ser analisado pelo Núcleo de Cerimonial e Eventos-NCE. As amostras entregues, se aprovadas, serão computadas no quantitativo do objeto a ser entregue. A(s) amostra(s) reprovada(s) permanecerá(ão) à disposição do fornecedor que será notificado para retirá-la(s), no Núcleo de Cerimonial e Eventos - NCE, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da notificação, eximindo-se o TRIBUNAL de qualquer ônus por inutilização ou dano decorrentes de testes efetuados no produto. Todas as despesas com sua devolução correrão a cargo do licitante/fornecedor. A(s) amostra(s) não recolhida(s) no prazo estipulado será(ão) inutilizada(s), ou será dada destinação, no entendimento de que o licitante/fornecedor abdicou da amostra, sem gerar direito à indenização. A empresa deverá apresentar junto à proposta comercial declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	DECLARAÇÕES: a) declaração assinada pelo representante legal, de que atende aos requisitos de habilitação; b) que cumpre às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; HABILITAÇÃO JURÍDICA: Registro comercial, no caso de empresa individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Estadual competente, para licitante/fornecedor com sede fora do Estado de Minas Gerais; Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante/fornecedor, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal; Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho; Declaração expressa de que o licitante/fornecedor não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante/fornecedor; OBS: as provas de regularidade referidas acima deverão ser efetuadas nos termos da legislação específica, podendo ser substituídas por Certificado de Registro Cadastral – CRC, da SEPLAG.
6. VIGÊNCIA CONTRATUAL	A contratação vigorará pelo prazo de 30 (trinta) dias e será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, constituindo este Termo de Referência parte integrante.

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado do TRIBUNAL, localizado na av. Raja Gabaglia, 1305, piso G1, bairro Luxemburgo, Belo Horizonte, MG, no horário de 8h às 12h e 13h às 17h..

O objeto deverá ser entregue devidamente embalado, acondicionado e transportado com segurança e sob a responsabilidade da CONTRATADA. O Núcleo de Cerimonial e Eventos do TRIBUNAL recusará o objeto que for entregue em desconformidade com o previsto neste Termo de Referência, ou com defeito.

O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo gestor/fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

O objeto será recebido definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material, e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

O objeto deverá ser entregue em 10(dez) dias , a contar do envio da autorização de fornecimento do pedido de compra pelo Núcleo de Cerimonial e Eventos, observado que, em qualquer hipótese, a entrega definitiva deverá ocorrer até a data limite improrrogável de 20 de julho de 2026.

Será aplicada a garantia legal estabelecida pelo art. 26 da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, de 90 dias, a partir da data de recebimento definitivo do objeto.

Uma vez notificada, o fornecedor realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 dias corridos, contados a partir da data de chamado ou da retirada do equipamento das dependências do Tribunal.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do fornecedor pelo gestor do contrato.

Na hipótese do subitem acima, o fornecedor deverá disponibilizar produto, de especificação igual ou superior, para utilização em caráter provisório pelo Tribunal, de modo a garantir a continuidade da rotina de trabalhos durante a substituição dos produtos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Tribunal, ou a apresentação de justificativas pelo fornecedor, fica o Tribunal autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem, ou de seus componentes, podendo exigir do fornecedor o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do fornecedor.

Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

O Núcleo de Cerimonial e Eventos do TRIBUNAL não aceitará ou receberá o objeto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes, cabendo ao fornecedor efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado pelo gestor/fiscal do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou extinção contratual.

O TRIBUNAL reserva para si o direito de não aceitar ou receber o objeto em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo extinguir o contrato nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, assim como aplicar o disposto no §7º do art. 90 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

O TRIBUNAL reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

O fornecedor se obriga a observar e cumprir todas as condições e prazos fixados pelo TRIBUNAL, bem como a legislação aplicável.

O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação do fornecedor com terceiros sem autorização prévia do TRIBUNAL, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive extinção contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	1) Executar o objeto deste Termo de Referência nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados; 2) providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo TRIBUNAL com respeito à execução do objeto; 3) entregar o objeto do contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados; 4) cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência ou outros que venham a ser fixados pelo gestor/fiscal; 5) observar o prazo mínimo de validade do objeto fornecido, conforme definido neste Termo de Referência; 6) entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada; 7) responsabilizar-se pela qualidade do objeto, substituindo, imediatamente, aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual; 8) atender às determinações emitidas pelo gestor/fiscal do contrato, ou autoridade superior, e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados; 9) observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/2009 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), Decreto Estadual nº 46.105/2012 (Desenvolvimento Sustentável nas contratações públicas de Minas Gerais) e demais legislações específicas, no que couber; 10) efetuar o cadastro no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais – www.compras.mg.gov.br, no módulo CAGEF, bem como mantê-lo atualizado.
9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	1) Emitir, por meio do gestor do contrato a autorização de fornecimento; 2) atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente; 3) efetuar os pagamentos devidos ao fornecedor nas condições estabelecidas; 4) rejeitar todo e qualquer objeto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência; 5) efetuar o recebimento provisório do objeto, por meio do fiscal do contrato, bem como o recebimento definitivo, por meio do gestor; 6) arcar com as despesas de publicação do extrato deste contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.
10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	1) A gestão deste contrato será realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática pelo gestor do contrato, o Núcleo de Cerimonial e Eventos da Diretoria de Comunicação Social do TRIBUNAL, observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, e a Portaria 8/PRES./2024 do TCEMG. 2) O gestor indicará, em termo próprio, o fiscal do contrato, conforme requisitos dos artigos 7º e 117 da Lei nº 14.133, de 2021, e incisos IV, V do art. 2º e § 3º do art. 4º da Portaria 8/PRES./2024 do TCEMG. 3) Compete ao fiscal do contrato as atribuições previstas no art. 18 da Portaria 8/PRES./2024 do TCEMG. 4) O fiscal do contrato anotará em histórico de gerenciamento e comunicará à CONTRATADA, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, definindo prazo para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando for o caso. 5) O fiscal do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, a entrega dos produtos/serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à CONTRATADA. 6) A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste contrato pelo TRIBUNAL, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo gestor e fiscal do contrato. 7) O TRIBUNAL não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste contrato. 8) A gestão e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

11. ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	O custo estimado total da contratação será apurado pela Coordenadoria de Planejamento das Contratações - CPC, por meio de pesquisa de preços de mercado
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	O desembolso se fará mediante rubrica da dotação orçamentária a ser indicada na Estimativa Orçamentária e Financeira (EOF).
13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	Os pagamentos serão realizados em parcela única, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, pela Diretoria de Finanças, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data final do ateste, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, e documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo fiscal e gestor do contrato. O pagamento à CONTRATADA somente será realizado mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de inspeção emitido pelo fiscal e gestor do contrato. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal. O gestor e o fiscal do contrato e/ou a Diretoria de Finanças do TRIBUNAL, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao TRIBUNAL plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma. O pagamento devido pelo TRIBUNAL será efetuado por meio de transferência em conta bancária a ser informada, obrigatoriamente, no documento fiscal, pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRIBUNAL encargos moratórios à taxa nominal de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, observando o seguinte: I – o valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = índice de compensação financeira = 0,0003287671233; e VP = Valor da prestação em atraso. O TRIBUNAL fará as retenções de Contribuição Previdenciária (INSS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto de Renda, quando aplicável, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento das Contribuições Sociais (Pis, Cofins e CSLL).

14. REAJUSTAMENTO	1) O TRIBUNAL e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, por recomposição precedida de cálculo e demonstração analítica da variação dos custos, aumento ou redução, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de custos e formação de preços e tendo como limite a média dos preços praticados no mercado em geral. 2) Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. 3) O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. 4) O valor do contrato poderá ser reajustado após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da CONTRATADA, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, tendo como data-base a data do orçamento estimado elaborado pelo TRIBUNAL, qual seja, a data em que o Mapa de Apuração for inserido no SIAD. 5) O reajuste terá como base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. [no caso de obras e serviços de engenharia substituir por INCC – Índice Nacional de Custo da Construção] 6) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. 7) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. 8) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 9) O reajuste será concedido por meio de apostilamento ao contrato.
15. SANÇÕES	1) Na hipótese de a CONTRATADA incorrer em qualquer das infrações elencadas no art. 155, poderá ser responsabilizada administrativamente nos termos do art. 156, sendo observados, ainda, quando couber, o disposto nos artigos 157 a 163, todos da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos: 1.1) Advertência, caso dê causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; 1.2) multa, observados os limites previstos neste item; 1.3) impedimento de licitar e contratar com o Estado, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as infrações previstas no §1º c/c §3º do art. 47 e art. 48, ambos do Decreto Estadual nº 45.902/2012, e art. 12 da Resolução nº 14/2017 do TCEMG, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. 1.4) declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando licitante/fornecedor ou contratado praticar conduta ilícita ou irregular que, sem justificativa ou por motivo irrelevante, cause óbice ao andamento do pregão, comprometendo a sua eficácia ou a execução do objeto do contrato; 2) A sanção prevista no subitem 1.3 será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Estado de Minas Gerais, pelo <u>prazo máximo de 3 (três) anos</u>. 3) A sanção prevista no subitem 1.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 1.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo <u>prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos</u>. 4) Na aplicação das multas serão observados os seguintes limites, nos termos do inciso II, do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 c/c §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021: a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso; b) 20% (vinte por cento) em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida; b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia; c) 30% (trinta por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou

diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

5) As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nos subitens 1.1, 1.3 e 1.4.

6) O contrato poderá ser extinto unilateralmente pelo TRIBUNAL, nos casos de retardamento na execução do contrato, inexecução parcial ou inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas.

7) A aplicação de multa de mora não impedirá que o TRIBUNAL a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência/contrato.

8) O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidos à CONTRATADA e, não sendo suficiente, a diferença será descontada da garantia de execução contratual, quando exigida, recolhido administrativamente pelo TRIBUNAL, ou cobrado na via judicial.

9) O recolhimento administrativamente do valor da multa deve ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial pelo TRIBUNAL.

10) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TRIBUNAL, o débito será encaminhado à Advocacia Geral do Estado para inscrição em dívida ativa.

11) Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, o valor devido pela garantia deverá ser complementado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação do TRIBUNAL.

12) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras constantes do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13) Reputar-se-ão inidôneos, entre outras hipóteses, atos tais como os descritos nos artigos 337-L e 337-M, § 2º do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940).

14) A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, e Resolução nº 14/2017 do TRIBUNAL, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15) A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência/contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao TRIBUNAL.

16) Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência/contrato, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos no art. 5º da [Lei nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18) Na hipótese de aplicação das sanções previstas nos subitens 1.3 e 1.4, após o trânsito em julgado administrativo, o Presidente do Tribunal de Contas encaminhará cópia dos autos à Controladoria Geral do Estado e solicitará a inscrição do licitante/fornecedor ou fornecedor no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, nos termos do art. 8º da Lei Estadual nº 13.994/2001.

19) É admitida a reabilitação do licitante/fornecedor ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridas, cumulativamente, as exigências dispostas nos incisos I a V e parágrafo único do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar neste contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709, de 2018.

I. Para os fins desta cláusula, consideram-se os seguintes conceitos:

a) Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

b) Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;

c) Controlador: a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

d) Operador: quem realiza tratamento de dados pessoais de acordo com parâmetros estabelecidos pelo controlador.

**16. PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS E DADOS
PESSOAIS SENSÍVEIS**

e) Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, eliminação, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, difusão, avaliação, controle, modificação, comunicação, transferência ou extração;

I.1. Para os fins desta relação, considera-se a Contratante Controladora e a Contratada Operadora, sendo que a Operadora deverá atuar nos limites estabelecidos pela Controladora.

II. O tratamento de dados pessoais realizado entre as PARTES será regido pelo disposto na Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), ficando as PARTES comprometidas a adequar as atividades profissionais que envolvam o tratamento de dados pessoais à lei, cumprindo suas respectivas obrigações.

III. A CONTRATADA deverá, no ato da assinatura deste instrumento, indicar o responsável pela gestão de dados oriundos deste contrato.

IV. As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste contrato observando a legislação aplicável a espécie e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a LGPD, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

V. O tratamento de quaisquer dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste contrato seguirá rigorosamente a finalidade descrita na Cláusula Primeira, objeto deste Contrato, sendo restrito naquilo que se fizer imprescindível à execução do Contrato.

VI. Caso uma das PARTES deseje tratar os dados pessoais compartilhados para quaisquer outros fins, deverá propor aditivo de contrato que informe claramente a respeito das novas atividades de tratamento a serem realizadas, sendo facultativo à outra PARTE sua aceitação, haja vista a alteração de finalidade para a qual o contrato foi previamente formalizado.

VII. As PARTES se comprometem a não transferir e/ou compartilhar com terceiros, os dados tratados em razão desta relação, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento deste contrato e mediante autorização prévia e expressa da outra PARTE, ou que seja em decorrência de observância ao dever legal e/ou determinação judicial, sempre respeitando os parâmetros deste contrato e as normas da LGPD.

VIII. Em qualquer hipótese, a transferência e/ou compartilhamento dos dados pessoais e de dados sensíveis com terceiros, a outra PARTE deverá ser previamente comunicada, a qual deverá decidir sobre a exequibilidade do compartilhamento, inclusive notificando os titulares dos dados ou solicitando a sua notificação pela PARTE, quando assim couber.

IX. No contexto do tratamento, armazenamento, transferência e/ou compartilhamento de dados, as PARTES deverão garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados, empregando as técnicas de segurança mais atualizadas de mercado, tais como a criptografia e a geração de logs para auditorias, inclusive para arquivos de backup, sob pena de rescisão e aplicação de sanções cabíveis.

X. As PARTES se comprometem a assegurar o direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de dados pelo titular e à outra PARTE, nos moldes legais, disponibilizando de forma clara e a todo tempo as informações pertinentes ao tratamento dos citados dados decorrentes deste contrato.

XI. As PARTES se comprometem a prestar auxílio mútuo no cumprimento de suas obrigações legais no que diz respeito ao registro das operações de tratamento de dados, nos termos dos arts. 37 e 38 da LGPD, na garantia do exercício de direitos dos titulares dos dados objeto deste contrato, nos termos do art. 9º e alínea “f”, do inciso II, do art. 11, da mesma lei, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

XII. As PARTES deverão assinar Termo de Compromisso e Não Divulgação, compreendido no Anexo I deste contrato, comprometendo-se a não divulgar sem autorização quaisquer dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso decorrente deste contrato, respeitando todos os protocolos exigidos pela lei, bem como legislação complementar e orientações emitidas pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), assumindo responsabilidade administrativa, civil e criminal por eventual incidente ou vazamento de dados provocados por si, seus empregados e/ou colaboradores, sem prejuízo de indenização à outra PARTE e/ou pessoas prejudicadas.

XIII. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados, colaboradores terceiros ou quaisquer indivíduos responsáveis pelas atividades de tratamento de dados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, cujos princípios deverão ser aplicados a toda e qualquer atividade que envolva esta contratação.

XIV. As PARTES se comprometem a notificar a outra, em no máximo 24 horas, a respeito de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, bem como a cooperar ativamente e agir proativamente na identificação, apuração e remediação de incidentes de segurança envolvendo os dados pessoais sob sua tutela.

XV. A comunicação de incidentes deverá conter todas as informações relacionadas ao evento, e,

essencialmente: (i) a descrição dos dados envolvidos; (ii) a quantidade de dados envolvidos (volumetria do evento); e (iii) os titulares dos dados afetados pelo evento.

XVI. O CONTRATANTE se reserva no pleno direito de regresso contra a CONTRATADA por qualquer ônus, dano, perda, prejuízo ou custos que venha a sofrer em função de mau uso, de desvio de finalidade ou de tratamento indevido dos dados pessoais ora compartilhados, por descumprimento ao contrato e às regras da LGPD.

XVII. As atividades de tratamento de dados conduzidas pelas PARTES poderão durar a vigência do contrato, exceto quando houver exigência legal que estabeleça o contrário.

XVIII. Decorrido o prazo para o cumprimento da obrigação legal ou judicial, as PARTES deverão destruir todos os dados e informações constantes em seus arquivos referentes à outra que não sejam necessários para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

XIX. Caso uma das PARTES continue a tratar os dados pessoais, será a única responsável por eventual incidente de segurança, bem como pelo cumprimento de qualquer direito dos titulares de dados ou da LGPD, mantendo a outra PARTE indene de qualquer responsabilidade.

XX. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes deste contrato, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO e NÃO DIVULGAÇÃO

A _____, neste ato representada por [...], doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, se compromete, por este termo, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, doravante simplesmente designado TRIBUNAL, em conformidade com o disposto na cláusula de “Proteção de Dados”, respeitadas as finalidades estabelecidas neste termo. A cláusula “Da Proteção de Dados Pessoais”, disposta neste contrato, visa assegurar o adequado tratamento e proteção de dados pessoais relacionadas às pessoas físicas identificadas ou identificáveis no âmbito das atividades e ações do TRIBUNAL. Desse modo, o RESPONSÁVEL reconhece que, em razão das especificidades do objeto ora pactuado, poderá ter contato e tratar informações relacionadas à pessoa física — dentre outras — que podem ser conceituadas como sigilosas. Nessas hipóteses, o RESPONSÁVEL se compromete a assegurar a confidencialidade das informações, resguardando a finalidade estabelecida e a assegurar que essas informações não poderão ser divulgadas a terceiros não autorizados. O RESPONSÁVEL reconhece que as referências a respeito da classificação da informação deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo. Findada esta relação pactual, o RESPONSÁVEL se compromete a eliminar e não utilizar quaisquer informações sigilosas e/ou pessoais e/ou sensíveis, advindas desta relação, salvo disposição legal em contrário. O RESPONSÁVEL determinará a todos os colaboradores que estejam direta ou indiretamente envolvidos com o cumprimento do objeto deste contrato, a observância deste Termo, adotando as precauções e medidas necessárias para que as obrigações oriundas deste instrumento sejam efetivamente observadas. O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus colaboradores. O RESPONSÁVEL se compromete a garantir as medidas técnicas e administrativas adequadas para promover a segurança das informações em suas atividades, resguardando-se a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações relacionadas ao contrato. O RESPONSÁVEL se compromete a aplicar o termo de consentimento adequado à cada situação descrita na lei. Por fim, deverá ser observada a Resolução nº 11, de 2015, do TCEMG, que estabelece as suas diretrizes de segurança da informação.

Nome: _____

Cargo/Função: _____

CPF: _____

DATA:

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS (COORDENADOR E DIRETOR): _____.

_____.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ciotto de Matos Diniz, Consultora de Projetos Estratégicos**, em 16/01/2026, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Ferreira Mesquita, Diretora**, em 16/01/2026, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0464498** e o código CRC **F7E5CD34**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia - 1315 - Bairro Luxemburgo - CEP 30380-435 - Belo Horizonte - MG

25.0.000010657-0

0464498v15